

PROCESSO Nº:	@PCP 21/00290643
UNIDADE GESTORA:	Prefeitura Municipal de Itaiópolis
RESPONSÁVEL:	Reginaldo José Fernandes Luiz
INTERESSADOS:	Julmar Marcos Zerger Prefeitura Municipal de Itaiópolis
ASSUNTO:	Prestação de Contas do Prefeito referente ao exercício de 2020
RELATOR:	Cesar Filomeno Fontes
UNIDADE TÉCNICA:	Divisão 1 - DGO/CCGM/DIV1
PROPOSTA DE VOTO:	GAC/CFF - 1577/2021

I. EMENTA

PRESTAÇÃO DE CONTAS DE PREFEITO. EMISSÃO DE PARECER PRÉVIO. APROVAÇÃO. RECURSOS DO FUNDEB. APLICAÇÃO. 95%. LEI N. 11.494/2007.

Constitui irregularidade passível de rejeição de contas a não aplicação de 95% dos recursos oriundos do FUNDEB em manutenção e desenvolvimento da educação básica, consoante previsto no art. 21 da Lei Federal n. 11.494/2007. Entretanto, é possível relevar tal restrição, haja vista inexistir irregularidades mais gravosas, cabendo, contudo, ressalva.

RECURSOS DO FUNDEB. SALDO REMANESCENTE. RECOMENDAÇÃO

Embora constitua regra a aplicação integral dos recursos do FUNDEB dentro do exercício financeiro correspondente, autoriza o art. 21 da Lei Federal n. 11.494/2007 a aplicação de um remanescente de até 5% no primeiro trimestre do exercício seguinte, mediante abertura de crédito adicional. A não aplicação destes recursos implica em recomendação, quando não afeta as contas.

ATRASO NA REMESSA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS. RECOMENDAÇÃO.

A prestação anual de contas pelo Prefeito deve ser encaminhada a esta Corte de Contas até o dia 28 de fevereiro do exercício seguinte, como dispõe o art. 51 da Lei Complementar (estadual) nº 202/2000, cabendo recomendação nos casos em que o atraso não se mostrou significativo nem manifestamente prejudicial à análise.

CONSELHOS MUNICIPAIS. ANÁLISE DE PARECERES E PRESTAÇÕES DE CONTAS. RECOMENDAÇÃO.

Inconsistências detectadas na remessa de pareceres de Conselhos Municipais não constitui matéria passível de rejeição de contas. No entanto, encaminha-se

recomendação à Unidade Gestora para correção e prevenção das irregularidades detectadas.

POLÍTICAS PÚBLICAS. SAÚDE E EDUCAÇÃO. NÃO ATINGIMENTO INTEGRAL DAS METAS DO PNS E PNE. RECOMENDAÇÃO.

É dever do Município aperfeiçoar as políticas públicas e promover o cumprimento integral das metas estabelecidas no PNS e PNE. O não atingimento das metas possibilita recomendação para sua fiel observância.

PLANO DIRETOR. NECESSIDADE DE REAVALIAÇÃO. RECOMENDAÇÃO.

O Plano Diretor, enquanto instrumento de planejamento, é dinâmico, necessitando reavaliação das políticas urbanas implementadas, a fim de verificar se a cidade está cumprindo a sua função social, razão pela qual deve ser recomendado ao Município que observe o § 3º do art. 40 do Estatuto da Cidade.

II. INTRODUÇÃO

Tratam os autos de Prestação de Contas do Prefeito do Município de Itaiópolis, referente ao exercício de 2020, submetida a análise deste Tribunal de Contas em cumprimento ao art. 31, §§ 1º e 2º da Constituição Federal, art. 113, da Constituição Estadual, e arts. 50 e 54 da Lei Complementar (estadual) n. 202/2000.

Inicialmente, a Diretoria de Contas de Governo (DGO), depois de minucioso exame das contas, emitiu o Relatório n. DGO 266/2021 (fls. 322/409), onde apontou restrições de ordem legal.

Por meio do Despacho GAC/CFF nº 1025/2021 (fl. 410) este Relator concedeu prazo ao Sr. Mozart José Myczkowski, Prefeito Municipal de Itaiópolis para, querendo, se manifestar sobre as restrições apontadas no item 11 do Relatório DGO nº 266/2021.

A notificação foi formalizada por meio do Ofício n. TCE/SEG 14450/2021 - fl. 411.

Em atendimento, foram apresentadas as justificativas/documentos de fls. 413/420.

Ato contínuo, a DGO elaborou o Relatório n. DGO 486/2021 (fl. 422), registrando que, por um erro de informações no cadastro de responsáveis do sistema e-Siproc, houve encaminhamento do Ofício ao atual Prefeito, Sr. Mozart José Myczkowski, ao invés da remessa ao responsável pela prestação de contas do exercício de 2020, Sr. Reginaldo José Fernandes Luiz, razão pela qual submeteu o processo à consideração deste Relator para fins de pronunciamento com relação às justificativas apresentadas pelo atual Prefeito.

Considerando que o atual Prefeito havia apresentado alegações de defesa para todas as restrições contidas no item 11 do Relatório n. 266/2021, este Relator entendeu que a diretoria técnica poderia promover a sua análise (Despacho n. GAC/CFF 1420/2021 – fl. 423).

Reexaminados os autos, a Diretoria de Contas de Governo elaborou o Relatório n. DGO 399/2021 (fls. 424/516), mantendo as seguintes restrições de ordem legal:

11.2 RESTRIÇÕES DE ORDEM LEGAL

11.2.1 Despesas com Manutenção e Desenvolvimento da educação básica no valor de **R\$ 10.676.699,79**, equivalendo a **91,92%** (menos que 95%) dos recursos do FUNDEB, gerando aplicação a menor no valor de **R\$ 357.937,68**, em descumprimento ao artigo 21 da Lei nº 11.494/2007 (item 5.2.2, limite 2).

11.2.2 Aplicação parcial no valor de **R\$ 534.988,68**, no primeiro trimestre de 2020, referente aos recursos do FUNDEB remanescentes do exercício anterior no valor de **R\$ 537.704,02**, mediante a abertura de crédito adicional, em descumprimento ao estabelecido no § 2º do artigo 21 da Lei nº 11.494/2007 (item 5.2.2, limite 3).

11.2.3 Atraso na remessa da Prestação de Contas do Prefeito, caracterizando afronta ao artigo 51 da Lei Complementar n.º 202/2000 c/c o artigo 7º da Instrução Normativa nº TC – 20/2015. Ressalva-se que a intempestividade no envio ocorreu

sob a alçada da Administração Municipal em 2021 (fls. 2 a 4 e item 1.2.2.3).

A DGO sugeriu, ainda, que, além do parecer prévio, o Tribunal de Contas decida por:

I - RECOMENDAR à Câmara de Vereadores anotação e verificação de acatamento, pelo Poder Executivo, das observações constantes do presente Relatório;

II – DAR CIÊNCIA ao Conselho Municipal de Educação, em cumprimento à Ação 11 estabelecida na Portaria nº TC-968/2019 e Resolução Atricon n. 003/2015, acerca da análise do cumprimento dos limites no Ensino e FUNDEB, dos Pareceres do Conselho do FUNDEB e Alimentação Escolar e do monitoramento da Meta 1 do Plano Nacional de Educação, conforme itens 5.2, 6.1, 6.5 e 8.2, deste Relatório;

III - SOLICITAR à Câmara de Vereadores seja o Tribunal de Contas comunicado do resultado do julgamento das Contas Anuais em questão, conforme prescreve o art. 59 da Lei Complementar nº 202/2000, inclusive com a remessa do ato respectivo e da ata da sessão de julgamento da Câmara.

O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, mediante o Parecer MPC/2177/2021 (fls. 517/543), manifestou-se nos seguintes termos:

Ante o exposto, o Ministério Público de Contas, com amparo na competência conferida pelo art. 108, incisos I e II, da Lei Complementar Estadual n. 202/2000, manifesta-se pela **NOTIFICAÇÃO** do Sr. Reginaldo José Fernandes Luiz, ex-Prefeito Municipal de Itaiópolis, para manifestação acerca das irregularidades assinaladas.

Entretanto, na hipótese de o Relator considerar desnecessária sua notificação, opina-se:

11.1. pela emissão de parecer recomendando à Câmara Municipal a **REJEIÇÃO** das contas da Prefeitura Municipal de Itaiópolis, relativas ao exercício de 2020;

11.2. pela **RECOMENDAÇÃO** no sentido de que a Unidade Gestora efetue as adequações necessárias ao cumprimento de todos os aspectos avaliados no presente exercício quanto às políticas públicas municipais, consoante o disposto no item 6 deste parecer;

11.3. pela **DETERMINAÇÃO** para formação de autos apartados com vistas ao exame dos atos descritos nos itens 11.2.2 e 11.2.3 do relatório técnico, bem como das impropriedades nos pareceres dos Conselhos Municipais de Saúde e do Idoso e na questão do plano diretor;

11.4. pela **RECOMENDAÇÃO** no sentido de que o Município observe atentamente as disposições do Anexo II da Instrução

Normativa n. TC-0020/2015, especialmente no que se refere ao inciso XVIII, diante do prosseguimento do cenário de pandemia de COVID-19, conforme delineado no item 9 deste parecer;

11.5. pela **RECOMENDAÇÃO** para que o Município adote os procedimentos necessários para a revisão da lei instituidora do plano diretor;

11.6. pela **REMESSA DE INFORMAÇÕES** ao Ministério Público Estadual para ciência das impropriedades relacionadas à questão do plano diretor;

11.7. pelas **PROVIDÊNCIAS** descritas na conclusão do relatório técnico.

É o Relatório.

III. DISCUSSÃO

Trata-se de apreciação da prestação de contas anual do Município de ITAIÓPOLIS referente ao exercício de 2020, prestadas pelo Sr. Reginaldo José Fernandes Luiz, Prefeito Municipal à época.

A análise das conclusões consignadas no relatório técnico da DGO (Quadro 24 – Síntese do Exercício de 2020 – fl. 500) permite concluir que as demonstrações contábeis demonstram adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial, **não apresentando divergências relevantes** entre as peças que o compõem.

Com fundamento no art. 224 da Resolução n. TC-06/2001 (Regimento Interno), após compulsar atentamente os autos e para fundamentar minha proposição de voto, passo a tecer as seguintes considerações:

3.1 Despesas com Manutenção e Desenvolvimento da educação básica no valor de R\$ 10.676.699,79, equivalendo a 91,92% (menos que 95%) dos recursos do FUNDEB, gerando aplicação a menor no valor de R\$ 357.937,68, em descumprimento ao artigo 21 da Lei nº 11.494/2007 (itens 1.2.2.1 e 5.2.2, limite 2 do Relatório DGO n. 399/2021 e item 10 do Parecer n. MPC/2177/2021)

Sobre este apontamento houve apresentação de justificativa pela Prefeitura, esclarecendo que a aplicação a menor se deu em decorrência da pandemia de COVID-19 a qual resultou na interrupção das aulas presenciais, Decreto 2.295 de 17 de março de 2020, conseqüentemente, expressiva redução das despesas com manutenção e desenvolvimento da educação básica, o qual conta com uma rede de ensino de 04 escolas municipais, 05 escolas rurais, 06 centros de educação infantil e 05 pré escolares, atendendo 2.357 alunos que residem nos 1.295,8 km² de área territorial do Município.

Destacou que o cenário de pandemia impactou sobremaneira a organização das linhas de transporte escolar e em seu custeio, reduzindo as despesas em sua quase totalidade. Apresenta quadros comparativos com o fim de demonstrar a redução total das despesas liquidadas e pagas de R\$ 3.417.799,89 em 2019 para R\$ 550.630,47 em 2020, e redução das despesas financiadas com recursos do Fundeb (FR 0119) de R\$ 1.541.762,99 no ano de 2019 para R\$ 388.458,06 no ano de 2020.

Para a Diretoria Técnica a diminuição nos gastos com transporte escolar em função da interrupção das aulas presenciais, face à pandemia de COVID-19 não podem ser aceitas.

Esclarece que o Município aplicou o montante de R\$ 12.321.810,77, em gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino, o que corresponde a 26,36% da receita proveniente de impostos, sendo aplicado a maior o valor de R\$ 633.663,70. Destaca que parte desses gastos (R\$ 357.937,68) deveria ter sido financiado com recursos do Fundeb, considerando a obrigação legal de aplicação de no mínimo 95% no exercício em que são recebidos.

O Ministério Público de Contas entende que a justificativa apresentada não merece prosperar. Ressalta que houve uma injustificável desatenção contábil no presente ponto, considerando-se os gastos acima do limite mínimo observados na

manutenção e desenvolvimento do ensino que poderiam ter sido arcados com os recursos do Fundeb.

Pondera que a interrupção das aulas presenciais – que alegadamente gerou a diminuição dos gastos com transporte escolar – significou uma ocasião ímpar para a realização de obras nas unidades escolares durante praticamente a totalidade do exercício de 2020. E, após acompanhamento das metas e estratégias dos Planos de Educação¹, verificou que o indicador de infraestrutura escolar do Município, no exercício de 2020 (0,610) fora considerado menor que a média estadual (0,669), demonstrando, assim, a necessidade de melhorias que poderiam ter sido tranquilamente realizadas durante o exercício sob análise.

Ressalta que a existência de valores provenientes do Fundeb de R\$ 938.708,07 que poderiam ter sido aplicados na finalidade indicada demonstra verdadeira ausência de boa vontade com tema tão sensível à sociedade.

Por fim, frisa que o percentual para manutenção e desenvolvimento da educação básica, constante no art. 21 da lei n. 11.494/07 é o mínimo exigível. Neste sentido, entende que independentemente do montante que representa o descumprimento em análise, o fato concreto é que o gestor não conseguiu cumprir o mínimo exigido, razão pela qual conclui que a presente restrição revela-se gravíssima, enquadrando-se nas causas que ensejam a rejeição das contas.

Observe que a aplicação a menor em despesas em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino é restrição enquadrada entre aquelas passíveis de ensejar a rejeição das contas, nos termos do art. 9º, inciso VIII, da Decisão Normativa nº 06/2008, que estabelece critérios para apreciação das contas anuais prestadas pelos Prefeitos Municipais.

¹ Disponível em: <https://paineistransparencia.tce.sc.gov.br/extensions/PneMeta07/index.html>

Todavia, embora caracterizado o descumprimento da norma prevista no art. 21 da Lei nº 11.494/2007, considero que a diferença apurada não é significativa, a ponto de comprometer a educação básica custeada com recursos do FUNDEB.

Destaco, ainda, que o Município de Itaiópolis vem cumprindo os gastos com as Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, ficando assim os percentuais anuais aplicados nos exercícios anteriores: em 2016 – 99,19% (PCP-17/00497100); em 2017 – 95,72% (PCP 18/00264299); em 2018 – 97,88% (PCP-19/00597966); e em 2019 – 95,25 % (PCP-20/00309571), situação que, no caso concreto, propicia o entendimento que a municipalidade tem resguardado o devido cuidado com os recursos do FUNDEB.

Não ignoro as ponderações apresentadas pelo MP de Contas, entretanto, não posso desconsiderar que o primeiro ano de pandemia foi um ano de incertezas, no qual os Prefeitos não tinham previsão de que as aulas iriam voltar ou não. Então, muitos investimentos deixaram de acontecer.

Além disso, muito embora tal restrição esteja elencada na Decisão Normativa nº TC-6/2008 dentre aquelas que podem ensejar parecer prévio pela rejeição (art. 9º, inc. VIII) ², é certo que sua ocorrência isolada geralmente induz à aprovação das contas, com ressalvas. O próprio MP de Contas trouxe essa ponderação ao analisar as contas de 2019 do Município de Ilhota (@PCP 20/00499761):

Especificamente no tocante ao descumprimento da aplicação de ao menos 95% dos recursos oriundos do FUNDEB em manutenção e desenvolvimento da educação básica, **conquanto se trate de falta legal grave (art. 21 da Lei nº 11.494/2007) e não justificada adequadamente pelo prefeito (fls. 25/426), trata-se de circunstância que não é passível de ensejar, por si só, a rejeição das contas em análise.**

2 Art. 9º As restrições que podem ensejar a emissão de Parecer Prévio com recomendação de rejeição das contas prestadas pelo Prefeito, dentre outras, compõem o Anexo I, integrante desta Decisão Normativa, em especial as seguintes: [...]

VIII – DESPESA. FUNDEB. Despesas com manutenção e desenvolvimento da educação básica no valor de R\$...., equivalendo a% (menos que 95%) dos recursos oriundos do FUNDEB, gerando aplicação a menor no valor de R\$.... (Lei n. 11.494/2007, art. 21).

Portanto, as contas merecem emissão de parecer prévio pela aprovação, com as ressalvas e recomendações cabíveis, a teor do art. 90 da Resolução nº T-6/2001. (grifou-se)

No caso acima (@PCP 20/00499761), o Município de Ilhota havia aplicado em despesas com Manutenção e Desenvolvimento da educação básica 90,25% (menos que 95%) dos recursos do FUNDEB, tendo o Tribunal Pleno acatado o voto do Relator – Conselheiro Luiz Roberto Herbst, no sentido de emitir parecer pela aprovação das contas³.

Destaco, ainda, outros processos análogos, onde foi tratada restrição semelhante à identificada nos presentes autos e este Tribunal considerou que a situação, por si só, não era suficiente para ensejar a rejeição das contas, sendo formulada ressalva. Cito a propósito o posicionamento adotado nos processos: @PCP 20/00087900⁴ – Timbó (Conselheira Substituta Sabrina Nunes Iocken); @PCP 18/00380361⁵ – Criciúma (Conselheiro José Nei Alberton Ascari).

3 Parecer Prévio n. 242/2020

1. EMITE PARECER recomendando à Câmara Municipal de Ilhota a **APROVAÇÃO** das contas anuais do exercício de 2019 prestadas pelo Sr. Érico de Oliveira, Prefeito Municipal de Ilhota naquele Exercício, com as seguintes ressalvas e recomendações:

1.1. Ressalvas:

1.1.1. Despesas com Manutenção e Desenvolvimento da educação básica no valor de R\$ 10.197.772,05, equivalendo a 90,95% (menos que 95%) dos recursos do FUNDEB, gerando aplicação a menor no valor de R\$ 453.539,30, em descumprimento ao art. 21 da Lei n. 11.494/2007 (item 5.2.2, limite 2, do **Relatório DGO n. 713/2020**); (grifou-se)

4 Parecer Prévio n. 257/2020

1. EMITE PARECER recomendando à egrégia Câmara Municipal de Timbóa **APROVAÇÃO** das contas anuais do exercício de 2019 do Prefeito daquele Município, Sr. Jorge Augusto Kruger, com a seguinte ressalva:

1.1. Despesas com Manutenção e Desenvolvimento da educação básica no valor de R\$ 21.149.222,29, equivalendo a 92,78% (menos que 95%) dos recursos do FUNDEB, gerando aplicação a menor no valor de R\$ 505.446,82, em descumprimento ao art. 21 da Lei n. 11.494/2007, cuja abertura de crédito suplementar ocorreu em 02/01/2020, por meio do Decreto (municipal) n. 5.486/2020, sendo, portanto, devidamente aplicado no primeiro bimestre de 2020 o montante remanescente (itens 5.2.2, limite 2, e 9.2.1 do **Relatório DGO n. 706/2020**). (grifou-se)

5 Parecer Prévio n. 274/2018

1. EMITE PARECER recomendando à Egrégia Câmara Municipal de Criciúma a **APROVAÇÃO** das contas anuais do exercício de 2017 do Prefeito daquele Município, com a seguinte Ressalva:

1.1. despesas com Manutenção e Desenvolvimento da educação básica no valor de R\$ 84.658.608,57, equivalendo a 89,04% (menos que 95%) dos recursos do FUNDEB, gerando aplicação a menor no valor de R\$ 5.671.211,51, em descumprimento ao artigo 21 da Lei nº 11.494/2007 (item 9.1.3 do **Relatório DMU nº 823/2018**). (grifou-se)

Diante o exposto, sem retirar a importância da irregularidade apontada, propugno pelo afastamento da presente restrição como motivo de rejeição das contas municipais, optando por ressaltar ao Município de Itaiópolis para que atente ao estrito cumprimento do limite mínimo de 95% em despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, conforme prevê o art. 21, da Lei nº 11.494/2007.

3.2. Aplicação parcial no valor de R\$ 534.988,68, no primeiro trimestre de 2020, referente aos recursos do FUNDEB remanescentes do exercício anterior no valor de R\$ 537.704,02, mediante a abertura de crédito adicional, em descumprimento ao estabelecido no § 2º do artigo 21 da Lei nº 11.494/2007 (itens 1.2.2.2 e 5.2.2, limite 3 do Relatório DGO n. 399/2021)

Observou a Instrução Técnica que o Município possuía como saldo remanescente dos recursos do FUNDEB, exercício de 2019, a importância de **R\$ 537.704,02**, a qual, segundo a Lei n. 11.494/2007, art. 21, § 2º, deveria ser utilizada no 1º (primeiro) trimestre do exercício seguinte, mediante a abertura de crédito adicional, porém, utilizou **R\$ 534.988,68** do referido montante.

Em resposta, o Prefeito esclareceu que a divergência de R\$ 2.715,34 (R\$ 537.704,42 – R\$ 534.988,68) se refere ao saldo registrado em 31/12/2019 na conta 821110200 – Disponibilidade por Destinação de Recursos – Créditos, com código de Fontes de Recursos 0118. Que inicialmente o Decreto n. 2281 havia sido confeccionado com o valor de R\$ 537.704,02 (fl. 417), mas, posteriormente, o valor foi alterado para R\$ 534.988,68 (fl. 418), para excluir o saldo da conta 821110200. Que nos exercícios subseqüentes esses recursos serão aplicados na integralidade.

A DGO manteve a restrição, utilizando os seguintes argumentos:

De acordo com os Eventos Contábeis 2.52 e 2.55.5, publicados no site do TCE/SC (<https://www.tcesc.tc.br/esfinge-captura>)⁶, registros na conta 821110200 ocorrem quando há saída de recursos

⁶https://www.tcesc.tc.br/sites/default/files/2021-07/EventosContabeis_2020_0.pdf

financeiros da conta Caixa e Equivalente de Caixa com contrapartida em contas de Ativo do subgrupo 113500000 – Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados, com atributo F – Financeiro.

De acordo com o §1º do artigo 105 da Lei nº 4.320/64, valores relativos a créditos registrados no Ativo Financeiro não podem depender de autorização orçamentária para que possam ser baixados.

O Ativo Financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.

Em outras palavras, para haver saída de recursos de contas de Caixa e Equivalente de Caixa com contrapartida em contas de Ativo do subgrupo 113500000 – Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados, com atributo F – Financeiro, deve existir um Passivo Financeiro correspondente já empenhado, pois o empenho é a forma de demonstrar que a despesa pública possui autorização orçamentária.

Assim sendo, se a contabilização do referido valor (R\$ 2.715,34 – FR 18) tivesse ocorrido de forma correta, deveria haver um Passivo Financeiro correspondente para o registro em conta de Ativo do subgrupo 113500000, com atributo F – Financeiro. Dessa forma o saldo registrado na conta 821110200 – Disponibilidade por Destinação de Recursos – Créditos, em 31/12/2019, estaria representando o montante a ser aplicado em 2020, juntamente com o saldo da conta 821110100 – Disponibilidade por Destinação de Recursos – Disponível.

De acordo com consulta ao Sistema e-Sfinge (Documento 1 do Anexo da Reinstrução) o saldo de R\$ 2.715,34 com FR 18, citado pelo Responsável, se refere a ajuste de fontes relativo a valores a restituir em folha de pagamento, sem execução orçamentária, ou seja, sem o registro de Passivo Financeiro Correspondente. Contudo, mesmo havendo a contabilização irregular, a baixa do referido saldo somente poderia ocorrer futuramente por meio de execução orçamentária, ou seja, por meio de empenho.

Portanto, o saldo de R\$ 2.715,34 deveria ter sido incluído no decreto de abertura de crédito adicional (Decreto nº 2281 – fls. 417) e a despesa empenhada no exercício de 2020, totalizando o montante de R\$ 537.704,02.

O MP de Contas entende que as justificativas apresentadas não foram suficientes para sanar a restrição, opinando pela formação de autos apartados.

Quanto ao que se apresenta, faz-se oportuno destacar que o FUNDEB foi criado pela Emenda Constitucional n. 53/2006 como fundo especial de administração pública, de natureza contábil e de âmbito estadual, sendo atribuídas à Lei n. 11.494/2007 as disposições sobre a sua organização e o seu funcionamento.

O Fundo foi concebido com as funções de captar e distribuir recursos vinculados a finalidades específicas, os quais são utilizados exclusivamente para atender ao objetivo da vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

Desta forma, verificado saldo remanescente a que se refere o § 2º do art. 21 da Lei n. 11.494/2007, este deverá ser utilizado “mediante abertura de crédito adicional”, por conta da existência de superávit financeiro, ou seja, diferença positiva entre o saldo da conta do FUNDEB e restos a pagar à conta do mesmo Fundo.

O principal objetivo da utilização do saldo superavitário do FUNDEB por meio da abertura de crédito adicional é identificar no exercício corrente (2020) aquilo que foi arrecadado no exercício anterior, indicando assim como são financiadas as despesas orçamentárias dentro das finalidades programadas conforme a fonte de recursos.

Apesar do ocorrido, considero que a restrição sob análise não implicou em prejuízo para gestão dos recursos do Fundeb, razão pela qual entendo suficiente a formulação de recomendação ao Chefe do Poder Executivo, ao Contador e ao Controlador Interno do Município para que atentem para a restrição apontada.

3.3. Atraso na remessa da Prestação de Contas do Prefeito, caracterizando afronta ao artigo 51 da Lei Complementar n.º 202/2000 c/c o artigo 7º da Instrução Normativa nº TC – 20/2015. Ressalva-se que a intempestividade no envio ocorreu sob a alçada da Administração Municipal em 2021 (fls. 2 a 4 e item 1.2.2.3 do Relatório n. DGO 399/2021).

A Instrução anotou o atraso na remessa da Prestação de Contas do Prefeito, caracterizando afronta ao artigo 51 da Lei Complementar n.º 202/2000⁷c/c o artigo 7º da Instrução Normativa nº TC – 20/2015⁸.

De fato, a prestação de contas não foi encaminhada a esta Corte de Contas até o dia 28 de fevereiro, conforme estabelecem os dispositivos legais mencionados.

Analizando-se o extrato de informações recebidas (fl. 02), verifica-se que a remessa se deu em 07/05/2021.

Instado a manifestar-se no processo, o Prefeito afirmou que os eventos para o envio das informações do balanço abriram em 05 de maio de 2021. Que o protocolo de envio do balanço consolidado é de 07 de maio de 2021. Que o envio envolve assinaturas de contadores, Prefeito, Presidente da Câmara e gestores de unidades gestoras como Fundo Municipal de Saúde, Fundação Hospitalar Santo Antônio e Instituto de Previdência, assim, foi realizada dentro de um prazo razoável, não configurando inércia do executivo municipal. Que a migração das informações dos sistemas foi bastante problemática, a ponto da Betha Sistemas levar quase 8 meses para conseguir concluir a migração. Que o Município se encontra com envio das informações via e-Sfinge rigorosamente em dia.

Para a Diretoria de Contas de Governo – DGO e para o Ministério Público de Contas, a justificativa não afasta a ocorrência do atraso em relação ao prazo estipulado no normativo legal, motivo pelo qual mantêm a restrição. A DGO ressalva que a intempestividade no envio ocorreu sob a alçada da Administração Municipal em 2021.

7Art. 51. A prestação de contas de que trata o artigo anterior será encaminhada ao Tribunal de Contas **até o dia 28 de fevereiro do exercício seguinte**, e consistirá no Balanço Geral do Município e no relatório do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo sobre a execução dos orçamentos de que trata o art. 120, § 4º, da Constituição Estadual (grifo nosso)

8 Art. 7º A prestação de contas apresentada pelo Prefeito deve ser remetida ao Tribunal de Contas **até o dia 28 de fevereiro do exercício seguinte**, e compõe-se de: [...] (grifo nosso)

De fato, a justificativa apresentada não sana a restrição. Lembro da importância do cumprimento dos prazos estipulados pelo Tribunal de Contas, pois é a partir da Prestação de Contas que se elabora os Relatórios e Pareceres para que a apreciação possa acontecer dentro do limite de tempo legalmente estabelecido.

Constitucionalmente este Tribunal de Contas segue um calendário exíguo para discutir e apreciar as Contas dos Prefeitos e um possível atraso no encaminhamento da Prestação de Contas, pode inviabilizar a devida apreciação.

Neste aspecto, sugeri o MPC a formação de autos apartados, contudo, considerando que no exercício de 2019 (Processo n. @PCP 20/00309571) já houve determinação neste sentido⁹, entendo suficiente a recomendação para a prevenção e correção da irregularidade, com alerta ao Prefeito de que tal fato poderá implicar novamente na formação de autos apartados no próximo exercício.

3.4. Inconsistências verificadas nos pareceres do Conselho Municipal do Idoso e de Saúde (item 4 do Parecer MPC/2177/2021)

A Diretoria Técnica observou que o art. 7º, parágrafo único da Instrução Normativa nº 20/2015¹⁰ exige a remessa dos pareceres dos conselhos obrigatórios,

⁹ Parecer Prévio n. 174/2020

2. Determina a formação de autos apartados para fins de apuração da irregularidade relativa a reincidência no atraso na remessa da Prestação de Contas do Prefeito caracterizando afronta aos arts. 51 da Lei Complementar (estadual) n. 202/2000 c/c o 7º da Instrução Normativa n. TC – 20/2015 (item 9.2.3 do **Relatório DGO n. 588/2020**).

¹⁰ Art. 7º [...]

Parágrafo único – A prestação de contas do Prefeito deverá conter, ainda, os pareceres dos seguintes conselhos, a ser apresentados até 30 de abril do exercício seguinte:

I - Conselho Municipal de Saúde, previsto no art. 1º, caput, e § 2º da Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, decorrente da apreciação do relatório de gestão elaborado pelo Poder Executivo, nos termos do art. 36, § 1º da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012 e art. 33 da Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990;

II - Conselho Municipal dos Direitos da Infância e do Adolescente, previsto no artigo 88, inciso II, da Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, acompanhado do Plano de Ação e do Plano de Aplicação, sobre a prestação de contas do respectivo fundo especial, incluindo a avaliação acerca do cumprimento dos referidos planos;

III - Conselho Municipal de Assistência Social, previsto no artigo 16, IV, da Lei n. 8.742, de 07 de dezembro de 1993, decorrente de avaliação da prestação de contas do respectivo fundo especial, incluindo a verificação do cumprimento dos requisitos previstos no artigo 30 da mesma lei;

IV - Conselho Municipal de Alimentação Escolar, previsto no artigo 18 da Lei n. 11.947, de 16 de junho de 2009, resultante da avaliação da aplicação dos recursos destinados à alimentação escolar e do relatório anual de gestão do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, nos termos do art. 19 da mesma lei;

juntamente com a prestação de contas anual. Observou que houve o envio dos pareceres dos Conselhos Municipais, não havendo análise técnica quanto ao seu conteúdo.

O Ministério Público de Contas assevera que não foram devidamente remetidos a este Tribunal de Contas os Pareceres dos Conselhos Municipais de Saúde e do Idoso, caracterizando descumprimento do art. 7º, parágrafo único, incisos I, e V da Instrução Normativa nº TC 020/2015, razão pela qual sugere a formação de autos apartados.

Em relação ao Parecer do Conselho Municipal de Saúde, o Ministério Público destaca que o documento de fls. 295/296 não está assinado por todos os Conselheiros e não veio acompanhado de ata da respectiva reunião, Também assevera que não há justificativa para a suspensão das reuniões do Conselho Municipal do idoso, tendo em vista a possibilidade de realização das reuniões de forma virtual, mesmo durante o período de pandemia do COVID-19.

Destaca que desde a análise das contas do exercício de 2015, não é apresentado o parecer com a movimentação financeira de recursos do Fundo Municipal de Idoso, conforme informado à fl. 298, situação que se mostra muito grave, pois implica o comprometimento (e possivelmente a não-aplicação) de parte da despesa que deveria estar direcionada às políticas públicas voltadas à pessoa idosa, gerando um prejuízo sem precedentes à efetiva política de sua defesa, o que demonstra a necessidade de abertura de autos apartados para apuração da inconsistência verificada.

Analisando o parecer do Conselho Municipal de Saúde e do Conselho Municipal do Idoso juntado aos autos às fls. 295/296 e 298, respectivamente, verifico que os mesmos não estão assinados por todos os Conselheiros. No caso do parecer do Conselho de Saúde também não foi juntada a ata da respectiva reunião, demonstrando a insuficiência da documentação remetida.

Quanto ao Parecer do Conselho Municipal de Idoso vejo com preocupação a informação (fl. 298) de que não houve reuniões do Conselho e de que não houve movimentação financeira em razão do Município de Itaiópolis não

V - Conselho Municipal do Idoso, previsto no art. 6º da Lei Federal nº 8.842, de 04 de janeiro de 1994, relativo à existência e execução de políticas voltadas à pessoa idosa

possuir fundo municipal do Idoso. Como bem asseverou o MPC, tal fato implica no comprometimento da parte da despesa que deveria estar direcionada às políticas públicas voltadas à pessoa idosa.

É inegável a importância dos conselhos municipais existentes nos municípios brasileiros como forma de inserção da sociedade nas decisões das políticas públicas municipais. Os Conselhos Municipais contribuem para a definição dos planos de ação do Município. Cada conselho atua de maneira diferente, de acordo com a realidade local e com a sua especificação, mas todos possuem atribuições voltadas à defesa dos direitos dos cidadãos.

Os conselhos municipais servem de ponte entre a sociedade e os dirigentes públicos, já que seu papel é acompanhar a gestão pública, avaliando e apresentando soluções para o pleno funcionamento da política do município.

O trabalho de acompanhamento realizado pelos conselhos municipais soma-se ao dos órgãos de controle e fiscalização da ação pública e se mostram indispensáveis para a aferição dos resultados de cada um dos Programas, contudo, entendendo suficiente, neste momento, a recomendação ao Poder Executivo para que adote providências no sentido de observar o cumprimento do artigo 7º da Instrução Normativa n. TC 20/2015 e adote medidas corretivas quanto às impropriedades detectadas nos pareceres dos Conselhos Municipais da Saúde e do Idoso.

3.5. Cumprimento dos aspectos de saúde e educação avaliados quanto às políticas públicas municipais (item 8 do Relatório DGO n. 399/2021 e item 6 do Parecer MPC/2177/2021)

O Plano Nacional de Saúde (PNS) 2017-2021 é resultado de um Pacto Interfederativo entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em que foram definidos 23 indicadores.

Apesar da ausência de dados disponíveis para pesquisa no site da Secretaria de Estado da Saúde (SES), a DGO conseguiu mensurar 14 indicadores, sendo que o Município atingiu os objetivos definidos em nove deles.

O MPC pontuou que a indisponibilidade de informações no site da SES vem impedindo a análise da Corte de Contas acerca dos indicadores do PNS 2017-2021 há alguns exercícios, pelo que se manifestou no Parecer MPC/886/2020, emitido no processo @PCG 20/00143150, de Prestação de Contas do Governo do Estado de Santa Catarina referente ao exercício de 2019, sugerindo a expedição de recomendação à Secretaria para que adote providências para sanar as inconsistências verificadas na divulgação de seus dados.

No monitoramento do cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, a Diretoria Técnica concentrou-se na avaliação da Meta 1, que visava *“universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE”*.

Apesar de já ter se esgotado o prazo no tocante à primeira parte da meta, mas, sobretudo, considerando tratar-se de política pública de caráter continuado, imprescindível proceder a sua análise. Para tal, é necessário o desmembramento da Meta 1 em duas submetas, visto que ela trata de creche e de pré-escola.

Com relação ao atendimento da população de 0 a 3 anos de idade em creche, o Corpo Instrutivo demonstrou indicador de atendimento de 25,30% da população nesta faixa etária, ou seja, **inferior** ao mínimo estabelecido no PNE (50%). Destaca, ainda, que o percentual diminuiu, quando comparado ao exercício anterior (27,19%).

No tocante às matrículas em pré-escola, houve atendimento de 93,65% da população de 4 e 5 anos daquele Município, pelo que a DGO considerou não **atendida** a meta que prevê a universalização (100%). No entanto, ponderou que o Município aumentou sua taxa de atendimento na pré-escola, em termos percentuais, quando comparado ao exercício anterior (73,54%).

Por outro lado, não se pode olvidar da situação atípica ocasionada pelo coronavírus que levou à suspensão do atendimento presencial das crianças matriculadas nos estabelecimentos de ensino de todo o Estado por longo período no exercício de 2020. Assim, é essencial que os administradores públicos estejam atentos à evasão escolar que levam à inobservância das metas do PNE e tomem medidas para a solução desse problema.

Com relação à vinculação das ações de educação às leis orçamentárias, a DGO calculou que foram executados R\$ 4.237.965,42 voltados ao alcance das metas do Plano Nacional de Educação, o que representa 4,25% do orçamento municipal.

Relevante o monitoramento realizado pela Diretoria de Contas de Governo no tocante às políticas públicas relacionadas à saúde e educação. Tal avaliação demonstra a realidade do Município, sendo excelente ferramenta para que as gestões municipais aprimorem suas políticas públicas, seu planejamento e realizem correção de rumos e reavaliação de prioridades.

A avaliação é uma etapa essencial para aperfeiçoar as políticas públicas e aprimorar a alocação de recursos e a qualidade do gasto público, visando a melhorar a prestação de serviços à sociedade.

Em relação a este item, o *Parquet* de Contas sugeriu a expedição de recomendação à Unidade Gestora para que efetue as adequações necessárias ao cumprimento de todos os aspectos avaliados no presente exercício quanto às políticas públicas municipais.

Considerando o diagnóstico apresentado pela Diretoria de Contas de Governo no que tange ao não atingimento dos percentuais mínimos descritos na Meta 1 do PNE, assim com o não alcance de todas as metas avaliadas do PNS, corroboro o entendimento albergado pelo Ministério Público acerca da necessidade de recomendação para que o Município efetue as adequações necessárias.

3.6. Necessidade de adoção de procedimentos necessários para a revisão da lei instituidora do Plano Diretor (item 2.2 do Relatório DGO 399/2021 e item 8 do Parecer MPC/2177/2021)

Especificamente com relação ao Município de Itaiópolis, observo que a área técnica incluiu o presente assunto em seu relatório técnico – item 2.2 do Relatório, destacando que o Município possui Plano Diretor (Lei n. 07/2018). No entanto, não houve a sua revisão nos termos do art. 40, § 3º da Lei Federal n. 10.257/2001.

O Ministério Público de Contas assevera que é imprescindível avaliar o cumprimento ou não do art. 41 da Lei n. 10.257/01¹¹, no sentido de *ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes*¹², *assegurando o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à*

11 Art. 41. O plano diretor é obrigatório para cidades:

I – com mais de vinte mil habitantes;

II – integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas;

III – onde o Poder Público municipal pretenda utilizar os instrumentos previstos no [§ 4º do art. 182 da Constituição Federal](#);

IV – integrantes de áreas de especial interesse turístico;

V – inseridas na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional.

VI – incluídas no cadastro nacional de Municípios com áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos. [\(Incluído pela Lei nº 12.608, de 2012\)](#)

§ 1º No caso da realização de empreendimentos ou atividades enquadrados no inciso V do caput, os recursos técnicos e financeiros para a elaboração do plano diretor estarão inseridos entre as medidas de compensação adotadas.

§ 2º No caso de cidades com mais de quinhentos mil habitantes, deverá ser elaborado um plano de transporte urbano integrado, compatível com o plano diretor ou nele inserido.

§ 3º As cidades de que trata o **caput** deste artigo devem elaborar plano de rotas acessíveis, compatível com o plano diretor no qual está inserido, que disponha sobre os passeios públicos a serem implantados ou reformados pelo poder público, com vistas a garantir acessibilidade da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida a todas as rotas e vias existentes, inclusive as que concentrem os focos geradores de maior circulação de pedestres, como os órgãos públicos e os locais de prestação de serviços públicos e privados de saúde, educação, assistência social, esporte, cultura, correios e telégrafos, bancos, entre outros, sempre que possível de maneira integrada com os sistemas de transporte coletivo de passageiros. [\(Incluído pela Lei nº 13.146, de 2015\)](#) [\(Vigência\)](#)

12 Art. 182, caput, in fine, da CRFB/88

*qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas*¹³.

A Procuradora Cibelly Farias destaca, ainda, que apresentou representação no âmbito desta Corte de Contas, recebida sob o Protocolo n. 18.126/2020¹⁴, buscando a realização de auditoria operacional para avaliação sistêmica do cumprimento das obrigações tratadas no Estatuto da Cidade por parte dos Municípios.

Em relação ao Plano Diretor do Município, o Ministério Público, em consonância com o posicionamento técnico, entende necessária a revisão da lei instituidora do plano diretor, sem prejuízo da remessa de informações ao Ministério Público do Estado de Santa Catarina, em atendimento ao previsto no item 2.1, alínea “c”, do termo de Cooperação Técnica nº 005/2016, celebrado entre o órgão ministerial Estadual e o Ministério Público de Contas.

Ao efetuar busca no site do Município¹⁵, constato que a Lei (Municipal) n. 07/2008 dispôs sobre o Plano Diretor do Município de Itaiópolis, entretanto, não foi atualizada.

De fato, o principal instrumento básico de desenvolvimento urbano que regula a utilização do solo e o direito à cidade é o Plano Diretor, aliado aos demais planos municipais setoriais, como o de Mobilidade, o Gestão de Resíduos Sólidos e outros. Eles são elaborados pela sociedade e pelo poder público, por meio de processo participativo, com o objetivo de estabelecer o que é melhor para a cidade. O Plano Diretor, em conjunto com os demais Planos, propõe a cidade desejada

¹³Art. 39 do Estatuto da Cidade

¹⁴ Conforme se extrai do e-Siproc, o pedido do MP deu ensejo ao processo @RLA 21/00239966, de relatoria do Conselheiro José Nei Ascari, o qual tem como assunto “auditoria operacional sobre avaliação sistêmica dos planos diretores e dos planos de mobilidade nos municípios da região metropolitana do extremo oeste catarinense a fim de atender a representação do Ministério Público de Contas, protocolada sob o n. 18.126/2020”. O referido processo engloba 35 municípios do extremo oeste do Estado de Santa Catarina.

¹⁵<https://leismunicipais.com.br/a1/sc/i/itaioipolis/lei-complementar/2008/1/7/lei-complementar-n-7-2008-dispoe-sobre-o-plano-diretor-do-municipio-de-itaioipolis-e-da-outras-providencias?q=7%2F2008>

pelos moradores e reflete suas expectativas de um ambiente com mais qualidade de vida.

A importância do Plano Diretor para a gestão pública municipal é capitaneada pelos instrumentos da política urbana definidos no Estatuto da Cidade: as Leis orçamentárias, o desenvolvimento de projetos setoriais, econômicos e sociais e a gestão orçamentária participativa.

Oportuno salientar que esta Corte, nos Pareceres Prévios¹⁶ ns. 142/2019 (processo @PCP19/00597966) e 174/2020 (processo n. @PCP 20/00309571), formulou recomendação ao Município para que adotasse providências a fim de revisar seu Plano Diretor.

Diante da importância deste documento para o Município e considerando que ele ainda não foi elaborado, somado ao fato de que, neste ano de 2021, iniciou-se novo mandato na Gestão Municipal, com alteração do ocupante do cargo de Prefeito, acolho a sugestão ministerial no sentido de renovar a recomendação, para que a municipalidade disponha de instrumento capaz de organizar o planejamento territorial para o próximo decênio, com alerta de que a não correção poderá implicar na formação de autos apartados no próximo exercício.

3.7. Demonstrativo dos recursos utilizados no combate à pandemia da COVID-19 por especificações de fontes de recursos – FR (item 10 do Relatório n. 399/2021 e item 9 do Parecer n. MPC/2177/2021)

Quando da emissão de pareceres relativos às contas municipais do exercício de 2019, o Ministério Público de Contas sugeriu recomendação no sentido

16 Parecer Prévio n. 142/2019

[...]

2.7. adote os procedimentos necessários para a revisão da lei instituidora do plano diretor nos termos do art. 40, § 3º, da Lei n. 10.257/2001.

Parecer Prévio n. 174/2020

[...]

3.4. adote os procedimentos necessários para revisão da Lei instituidora do Plano Diretor, objetivando atender as determinações da Lei n. 10.257/01;

da observância das disposições do Anexo II da Instrução Normativa n. TC 020/2015, especialmente no que se refere ao inciso XVIII¹⁷.

Com o objetivo de demonstrar o impacto da pandemia nas contas municipais durante o exercício de 2020, a DGO elaborou quadro demonstrativo¹⁸ por especificações de Fontes de Recursos com ênfase nas despesas realizadas para combater a epidemia de COVID-19.

Conforme avaliou o MPC, o Município de Itaiópolis cumpriu minimamente a recomendação mencionada, possibilitando a análise dos dispêndios realizados em decorrência da pandemia.

O Ministério Público de Contas tem sugerido a urgente avaliação sobre o retorno da análise pormenorizada das questões que envolvem o sistema de controle interno na apreciação das contas prestadas por Prefeitos.

Assevera que durante o exercício de 2020 evoluíram os trabalhos da Comissão criada por meio da Portaria n. TC 943/2019, constituída com a finalidade de proceder estudos para definição dos critérios para análise dos processos de prestação de contas de prefeito no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, o que possivelmente repercutirá na análise das contas do exercício de 2021. Como a questão do controle interno foi ponderada em tais estudos, em consonância aos reclames do órgão ministerial, deixa de postular a adoção de medidas no presente exercício.

Não obstante, diante do prosseguimento do cenário da pandemia, entende necessário recomendar ao Município que observe o inciso XVIII do Anexo II da Instrução Normativa n. TC 020/2015.

Pertinente a provocação do Ministério Público de Contas, de modo que se mostra salutar que a Diretoria de Contas de Governo avalie a oportunidade de

¹⁷Anexo II

[...]

XVIII - Relatório sobre eventos justificadores de situações de emergência ou calamidade pública, com os reflexos econômicos e sociais, bem como discriminação dos gastos extraordinários realizados pelo ente para atendimento específico ao evento, indicando número do empenho;

¹⁸ Fls. 496/498.

adentrar nesse tema, principalmente diante da pandemia de COVID-19, a qual trouxe um cenário atípico na gestão pública e uma série de contratações emergenciais, as quais demandam ainda maior atenção do órgão central do sistema de controle interno.

Nesse rumo, coaduno com a sugestão de recomendação para que o Município observe as disposições do Anexo II da Instrução Normativa n. 20/2015, especialmente no que se refere ao inciso XVIII, diante do prosseguimento do cenário de pandemia de COVID-19.

Ante o exposto, e considerando que o processo obedeceu ao trâmite regimental, sendo instruído pela equipe técnica da Diretoria de Contas de Governo e contendo manifestação do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas (art. 108, II da LOTC);

Considerando que as demonstrações contábeis apresentam adequadamente a posição orçamentária, financeira e patrimonial do exercício em análise, não apresentando divergências relevantes entre as peças que o compõem;

Considerando que **foram cumpridos os limites de gastos com pessoal do Município, do Poder Executivo e do Legislativo**, em obediência a Lei Complementar nº 101/2000;

Considerando que **foi observado o princípio do equilíbrio das contas públicas**, em consonância às disposições da Lei nº 4.320/64 e da Lei de Responsabilidade Fiscal;

Considerando que o resultado orçamentário foi superavitário na ordem de R\$ 7.355.976,32;

Considerando que o resultado financeiro do exercício se apresentou superavitário na ordem de R\$ 9.767.977,44;

Considerando que o Município aplicou **26,36%** da receita de impostos, incluídas as transferências de impostos, **em gastos com manutenção e**

desenvolvimento do ensino, cumprindo o disposto no art. 212 da Constituição Federal;

Considerando que a ausência de aplicação do percentual mínimo de 95% dos recursos oriundos do FUNDEB, em despesas com manutenção e desenvolvimento da educação básica, conquanto se trate de falta legal grave (art. 21 da Lei nº 11.494/2007), não é passível de ensejar, por si só, a rejeição das contas em análise;

Considerando que **foram gastos com a remuneração dos profissionais do magistério o equivalente a 73,40% dos recursos do FUNDEB**, em observância ao art. 22 da Lei n. 11.494/2007;

Considerando que aplicou **26,92%** da receita de impostos, incluídas as transferências de impostos, **em ações e serviços públicos de saúde**, em atenção ao art. 198 da CF/88 c/c o art. 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

Considerando que o Município contraiu obrigações de despesas sem a correspondente disponibilidade de caixa de recursos vinculados para o pagamento das obrigações, deixando a descoberto despesas vinculadas nas Fontes de Recursos que se encontram evidenciadas no Quadro 22 do Relatório DGO-399/2021, no montante de R\$ -69.001,15 (FR 10), porém, **referida insuficiência foi absorvida totalmente pela disponibilidade líquida de caixa** de recursos não vinculados, no montante de R\$ 3.548.075,49, restando evidenciado o cumprimento do art. 42 da Lei Complementar (federal) 101/2000; e

Considerando que o **Município cumpriu a totalidade das regras estabelecidas no que se refere à disponibilização, em meios eletrônicos, de informações sobre a execução orçamentária e financeira**, em observância a Lei

nº 131/2009¹⁹ e Decreto nº 7.185/2010²⁰; entendo presentes os requisitos que autorizam a emissão de parecer prévio recomendando a aprovação das contas do Município de ITAIÓPOLIS, relativas ao exercício financeiro de 2020.

IV. VOTO

Diante do exposto, proponho ao Egrégio Tribunal Pleno a adoção da seguinte deliberação:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA, reunido nesta data, em Sessão Ordinária, com fulcro nos arts. 31 da Constituição Federal, 113 da Constituição do Estado e 1º e 50 da Lei Complementar n. 202/2000, tendo examinado e discutido a matéria, acolhe o Relatório e a Proposta de Parecer Prévio do Relator, aprovando-os, e:

I - Considerando que é da competência do Tribunal de Contas do Estado, no exercício do controle externo que lhe é atribuído pela Constituição, a emissão de Parecer Prévio sobre as Contas anuais prestadas pelo Prefeito Municipal;

II - Considerando que ao emitir Parecer Prévio, o Tribunal formula opinião em relação às contas, atendo-se exclusivamente à análise técnica quanto aos aspectos contábil, financeiro, orçamentário e patrimonial, seus resultados consolidados para o ente, e conformação às normas constitucionais, legais e regulamentares, bem como à observância de pisos e limites de despesa estabelecidos nas normas constitucionais e infraconstitucionais;

¹⁹ Acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

²⁰ Decreto n. 7.185/2010 - Dispunha sobre o padrão mínimo de qualidade do sistema integrado de administração financeira e controle, no âmbito de cada ente da Federação, nos termos do art. 48, parágrafo único, III, da LC 101/2000. Vigorou até 06/11/2020, quando foi revogado pelo **Decreto n. 10.540, de 05 de novembro de 2020**, o qual dispõe sobre o padrão mínimo [de qualidade do Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle.](#)

III - Considerando que as Contas prestadas pelo Chefe do Poder Executivo são constituídas dos respectivos Balanços Gerais e das demais demonstrações técnicas de natureza contábil de todos os órgãos e entidades vinculadas ao Orçamento Anual do Município, de forma consolidada, incluídas as do Poder Legislativo, em cumprimento aos arts. 113, § 1º, e 59, I, da Constituição Estadual e 50 da Lei Complementar n. 101/2000;

IV - Considerando que os Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e os Demonstrativos das Variações Patrimoniais, até onde o exame pode ser realizado para emissão do parecer, estão escriturados conforme os preceitos de contabilidade pública e, de forma geral, expressam os resultados da gestão orçamentária, financeira e patrimonial e representam adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial do Município em 31 de dezembro de 2019;

V - Considerando que o Parecer é baseado em atos e fatos relacionados às contas apresentadas, não se vinculando a indícios, suspeitas ou suposições;

VI - Considerando que é da competência exclusiva da Câmara Municipal, conforme o art. 113 da Constituição Estadual, o julgamento das contas de governo prestadas anualmente pelo Prefeito;

VII - Considerando que a apreciação das contas e a emissão do parecer prévio não envolvem o exame da legalidade, legitimidade e economicidade de todos os atos e contratos administrativos que contribuíram para os resultados das contas de governo;

VIII - Considerando que a análise técnica e o Parecer Prévio deste Tribunal sobre as Contas Anuais de Governo prestadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal ou o seu julgamento pela Câmara Municipal não eximem de responsabilidade os administradores, inclusive o Prefeito quando ordenador de despesa, e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores da administração direta ou indireta, de qualquer dos Poderes e órgãos do Município, bem como

aqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao Erário, nem obsta o posterior julgamento pelo Tribunal de Contas, em consonância com os arts. 58, parágrafo único, 59, inciso II, e 113 da Constituição Estadual;

IX - Considerando o Relatório Técnico nº 399/2021 (fls. 424/516) da Diretoria de Contas de Governo;

X - Considerando a manifestação do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, mediante o Parecer MPC/2177/2021 (fls. 517/543);

4.1. EMITE PARECER recomendando à Egrégia Câmara Municipal de ITAIÓPOLIS a **APROVAÇÃO** das contas anuais do exercício de 2020 do Prefeito daquele Município, com a seguinte ressalva:

4.1.1. Despesas com Manutenção e Desenvolvimento da educação básica no valor de **R\$ 10.676.699,79**, equivalendo a **91,92%** (menos que 95%) dos recursos do FUNDEB, gerando aplicação a menor no valor de **R\$ 357.937,68**, em descumprimento ao artigo 21 da Lei nº 11.494/2007 (itens 1.2.2.1 e 5.2.2, limite 2 do Relatório DGO n. 399/2021).

4.2. Recomendar ao Chefe do Poder Executivo, ao Contador e ao Controlador Interno do Município que atentem para as restrições apontadas pelo Órgão Instrutivo constantes do Relatório n. DGO 399/2021 e Parecer n. MPC/2177/2021, no que diz respeito:

4.2.1. Aplicação parcial no valor de **R\$ 534.988,68**, no primeiro trimestre de 2020, referente aos recursos do FUNDEB remanescentes do exercício anterior no valor de **R\$ 537.704,02**, mediante a abertura de crédito adicional, em descumprimento ao estabelecido no § 2º do artigo 21 da Lei nº 11.494/2007 (itens 1.2.2.2 e 5.2.2, limite 3 do Relatório n. DGO 399/2021);

4.2.2. Atraso na remessa da Prestação de Contas do Prefeito, caracterizando afronta ao artigo 51 da Lei Complementar n.º 202/2000 c/c o artigo 7º da Instrução Normativa nº TC – 20/2015, sob pena de formação de processo apartado, nos termos do art. 85, § 2º, da Resolução TC-06/2001. Ressalva-se que a intempestividade no envio ocorreu sob a alçada da Administração Municipal em 2021 (fls. 2 a 4 e item 1.2.2.3 do Relatório n. DGO 399/2021);

4.2.3. Ausência de encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal de Saúde e Conselho Municipal de Idoso contendo a assinatura de todos os conselheiros acompanhado da ata da respectiva reunião, em desatendimento ao que dispõe o art. 7º, parágrafo único, I e V, da Instrução Normativa N.TC-20/2015 (item 4 do Parecer n. MPC/2177/2021).

4.3. Recomendar ao Chefe do Poder Executivo a adoção de procedimentos necessários para:

4.3.1. a correção das impropriedades levantadas pelo Ministério Público de Contas acerca do parecer do Conselho Municipal do Idoso, que implicam no comprometimento da parte da despesa que deveria estar direcionada às políticas públicas voltadas à pessoa idosa (item 4 do Parecer n. MPC/2177/2021);

4.3.2. o cumprimento de todos os aspectos avaliados no presente exercício quanto às políticas públicas municipais (item 8 do Relatório DGO 399/2021 e item 6 do Parecer n. MPC/2177/2021);

4.3.3. a revisão da lei instituidora do plano diretor, nos termos do que determina o art. 40, § 3º, da Lei n. 10.257/2001, sob pena de formação de processo apartado, nos termos do art. 85, § 2º, da Resolução TC-06/2001 (item 2.2 do Relatório DGO 399/2021 e item 8 do Parecer n. MPC/2177/2021);

4.3.4. a adoção de procedimentos necessários para a observância das

disposições do Anexo II da Instrução Normativa nº TC 020/2015, especialmente no que se refere ao inciso XVIII, diante do cenário de pandemia de COVID-19, com vistas à evidenciação dos reflexos econômicos e sociais, bem como discriminação dos gastos extraordinários realizados pelo ente para o enfrentamento da crise sanitária (item 10 do Relatório n. DGO 399/2021 e item 9 do Parecer nº MPC/2177/2021).

4.4. Recomendar à Câmara de Vereadores anotação e verificação de acatamento, pelo Poder Executivo, das observações constantes do Relatório n. DGO 399/2021.

4.5. Solicitar à Egrégia Câmara de Vereadores que comunique a esta Corte de Contas o resultado do julgamento das presentes contas anuais, conforme prescreve o art. 59 da Lei Complementar (estadual) n. 202/2000, com a remessa de cópia do ato respectivo e da ata da sessão de julgamento da Câmara.

4.6. Recomendar ao Município de ITAIÓPOLIS que, após o trânsito em julgado, divulgue a prestação de contas em análise e o respectivo parecer prévio, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, conforme estabelece o art. 48 da Lei Complementar n. 101/2000 – LRF.

4.7. Dar ciência ao Conselho Municipal de Educação, em cumprimento à Ação 11 estabelecida na Portaria nº TC 968/2019 e Resolução Atricon n. 003/2015, acerca da análise do cumprimento dos limites no Ensino e FUNDEB, dos Pareceres do Conselho do FUNDEB e Alimentação Escolar e do monitoramento da Meta 1 do Plano Nacional da Educação, conforme itens 5.2, 6.1, 6.5 e 8.2 do Relatório DGO nº 399/2021.

4.8. Dar ciência deste Parecer Prévio, bem como do Relatório e Voto do Relator, do Parecer do MPC nº 2177/2021 e do Relatório DGO n. 399/2021 que o fundamentam, à Prefeitura Municipal de ITAIÓPOLIS.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
GABINETE DO CONSELHEIRO CÉSAR FILOMENO FONTES

Florianópolis, em 30 de novembro de 2021.

CÉSAR FILOMENO FONTES
CONSELHEIRO RELATOR